

A IMPORTÂNCIA DO AEE NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Aclene Luz¹
Aline Cristiane Gomes Cunha²
Kátia Rodrigues Martins³
Vanessa Lins Lemos⁴
Aliana Daveli de Oliveira⁵
Rozineide Iraci Pereira da Silva⁶

RESUMO: O presente trabalho “a importância do AEE no desenvolvimento cognitivo e social de alunos com deficiência intelectual” tem com o objetivo analisar o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no desenvolvimento cognitivo e social de alunos com deficiência intelectual, levando em consideração sua importância no difícil processo de inclusão escolar. O AEE constitui um espaço pedagógico de apoio, planejamento de adaptações e mediação, que visa identificar, organizar e implementar recursos e estratégias capazes de promover a autonomia e a aprendizagem real dos estudantes. A atuação do professor do AEE, em parceria com o professor regente de sala regular e a equipe pedagógica, possibilita a construção de práticas educacionais que respeitam não só o potencial, mas principalmente as individualidades dos discentes, contribuindo para seu desenvolvimento global. O estudo foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre a área da deficiência intelectual, fundamenta-se em autores como Vygotsky, Mantoan e Kishimoto, que destacam a importância da mediação, da interação social e do uso de recursos lúdicos e inclusivos no processo de ensino-aprendizagem. Espera-se, com este estudo, destacar a importância do AEE como ferramenta essencial para a efetivação da educação inclusiva, favorecendo não apenas o avanço cognitivo, mas também o fortalecimento das relações interpessoais e da autoestima dos alunos com deficiência intelectual.

454

Palavras-chave: AEE. Deficiência intelectual. Inclusão escolar. Desenvolvimento cognitivo. Desenvolvimento social.

¹Mestranda em Ciências da Educação pela Chistian Business School; Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia, AEE – Atendimento Educacional Especializado; Neuropsicopedagogia institucional e clínica; Gestão, Orientação, Supervisão Educacional com Ênfase em Psicologia.

²Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Chistian Business School; Graduada em Matemática e Pedagogia; Especialista em Metodologia do Ensino Superior, Atendimento Educacional Especializado e Gestão Educacional.

³Mestranda em Ciências da Educação pela Instituição Christian Business School; Pós-graduada em Gestão Escolar, Orientação, Supervisão e Inspeção Escolar; Graduada em Pedagogia.

⁴Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Chistian Business School; Pedagoga; Especialista em Pedagogia Empresarial; Psicopedagogia Institucional e Orientação Escolar.

⁵Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Chistian Business School; Especialista em AEE-Atendimento Educacional Especializado e Sala de Recursos Multifuncionais; Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Educação de Tangará da Serra – UNISERRA.

⁶Ph.D Dra. em ciências da educação, professora orientadora da Christian Business School.

ABSTRACT: The present study, entitled “*The Role of Specialized Educational Assistance (AEE) in the Cognitive and Social Development of Students with Intellectual Disabilities*”, aims to analyze the role of Specialized Educational Assistance (AEE) in the cognitive and social development of students with intellectual disabilities, considering its importance in the challenging process of school inclusion. The AEE constitutes a pedagogical space for support, adaptation planning, and mediation, designed to identify, organize, and implement resources and strategies that promote students’ autonomy and meaningful learning. The work of the AEE teacher, in partnership with the classroom teacher and the pedagogical team, enables the development of educational practices that respect not only the students’ potential but also their individualities, contributing to their overall development. The research is based on authors such as Vygotsky, Mantoan, and Kishimoto, who emphasize the importance of mediation, social interaction, and the use of playful and inclusive resources in the teaching-learning process. This study seeks to highlight the relevance of AEE as an essential tool for the effective implementation of inclusive education, fostering not only cognitive progress but also the strengthening of interpersonal relationships and the self-esteem of students with intellectual disabilities.

Keywords: Specialized Educational Assistance. Intellectual disability. School inclusion. Cognitive development. Social development.

I INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de estudantes com deficiência principalmente a deficiência “invisível” intelectual representa um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das áreas que mais necessita de avanços nas escolas de hoje. O sistema educacional brasileiro vem se reestruturando para garantir o direito de todos à aprendizagem, respeitando diferenças e promovendo o desenvolvimento integral dos alunos. Nesse contexto, o AEE assume um papel indispensável agindo no suporte pedagógico voltado à diminuição, e na eliminação das barreiras que dificultam o acesso, a permanência e o sucesso escolar de alunos com necessidades educacionais específicas, uma “utopia” que se todos colaborarem será possível.

O AEE tem como principal função identificar, organizar e disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que favoreçam a autonomia e a participação ativa do aluno no processo de ensino-aprendizagem. Vai além de uma “salinha”, ou um espaço físico de apoio que indiscutivelmente não substitui o ensino regular, mas o complementa, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dos estudantes. A atuação do professor do AEE, em parceria com o professor regente e com a equipe pedagógica, é fundamental para a construção de práticas educativas que considerem as potencialidades e as limitações de cada aluno, promovendo um ensino verdadeiramente inclusivo e significativo.

Na prática escolar, trabalho com alunos que apresentam deficiência intelectual requer não somente planejamento intencional, uso de metodologias e tecnologias diversificadas, mas

também amor e dedicação constante que possibilitem o aprendizado por meio da experimentação, da ludicidade e da interação social. Assim, o AEE se torna um ambiente de mediação, em que o pedagogo especialista na educação especial exerce o papel de facilitador do conhecimento, estimulando o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, conforme defendido por Vygotsky (1998), e valorizando a aprendizagem como um processo social e colaborativo, fazendo a real “ligação” entre sala de recursos e sala de aula regular.

Este estudo tem como propósito analisar a importância do AEE no desenvolvimento cognitivo e social de alunos com deficiência intelectual, destacando suas contribuições para a efetivação da educação inclusiva. Assim compreendendo de que forma o trabalho pedagógico realizado nesse atendimento pode potencializar as habilidades dos estudantes, favorecer sua autonomia e promover a construção de um ambiente escolar mais equitativo e principalmente acolhedor para evitar o crime de bullying. A pesquisa fundamenta-se em autores como Vygotsky, Mantoan e Kishimoto, cujas contribuições teóricas sustentam a importância da mediação, da ludicidade e da interação social no processo de aprendizagem de todos os sujeitos.

O trabalho está dividido em três partes. A primeira apresenta a história da Educação Especial no Brasil desde o século XX, investigando como essa modalidade de ensino era entendida e de que forma os alunos com deficiência eram vistos e incluídos no ambiente escolar. A segunda parte fala sobre o papel do pedagogo no contexto escolar na educação especial - AEE, especialmente no trabalho com alunos com deficiência intelectual; o foco está em mostrar a importância de o pedagogo reconhecer as necessidades desses alunos. Já para concluir, a terceira parte aborda a importância do lúdico no processo de desenvolvimento cognitivo e social das crianças com deficiência intelectual, fala como facilitam o aprendizado.

456

2 A História da Educação Especial no Brasil desde o século XX

O curso da Educação Especial no Brasil reflete as transformações sociais, políticas e culturais que marcaram o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência. No início do século XX, o atendimento às pessoas com deficiência era voltado, sobretudo, à caridade e à assistência social, sendo oferecido por instituições filantrópicas e religiosas. A educação, nesse período, possuía caráter de segregação, voltada apenas aos considerados “aptos” ao aprendizado, enquanto os demais eram marginalizados do espaço escolar.

A partir da década de 1950, surgem iniciativas voltadas à criação de escolas e classes especiais, destinadas exclusivamente a alunos com deficiência. Esse modelo, entretanto,

reforçava a segregação, pois não buscava a convivência e a aprendizagem coletiva. Já nas décadas de 1970 e 1980, começa-se a discutir o conceito de integração escolar, caracterizada como uma tentativa de inserir alunos com deficiência nas escolas regulares. Contudo, essa inclusão ocorria sob critérios limitadores, como testes de aptidão e desempenho, o que impedia o acesso pleno de muitos estudantes.

Somente com a Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), o conceito de inclusão escolar ganha força. A partir daí, a Educação Especial passa a ser reconhecida como modalidade transversal a todos os níveis de ensino, com o objetivo de garantir o direito à educação de qualidade para todos, respeitando as diferenças e promovendo a equidade. Essa mudança de referência impulsionou a criação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), regulamentado pelo Decreto nº 6.571/2008, que representa um marco no reconhecimento do papel pedagógico da escola inclusiva.

Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), oferecido em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2009, p.1).

457

Hoje, o Brasil segue buscando o equilíbrio entre as políticas inclusivas e a prática pedagógica, reafirmando o compromisso com uma escola que reconheça as diferenças e valorize o potencial de cada estudante. Nesse percurso histórico, o AEE consolidou-se como instrumento pedagógico fundamental para a efetivação da educação inclusiva, garantindo não apenas o acesso, mas também a aprendizagem e o desenvolvimento integral de alunos com deficiência intelectual.

[...] um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, art. 3º).

Na realidade, o atendimento educacional especializado dentro da escola é norteado pela resolução nº 4/2009 como uma modalidade de ensino o qual tem como objetivo principal introduzir o aluno em meio ao aprendizado como forma de garantir que este aprenda de forma onde suas limitações sejam de fato assistida. Uma vez que neste atendimento os recursos e as metodologias utilizados no “chão da sala” batem de acordo com a necessidade específica de cada aluno.

2.1 O papel do pedagogo no contexto escolar na educação especial - AEE

O pedagogo desempenha um papel fundamental no contexto escolar, especialmente quando especializado na sala de recursos, onde atua diretamente com alunos com deficiência intelectual colaborando com o professor da sala regular. Seu trabalho vai além do acompanhamento individual do estudante, envolvendo também a mediação do aprendizado, observações na sala regular para desenvolver e auxiliar na adaptação de atividades e o planejamento de estratégias que atendam às necessidades específicas de cada aluno.

Na sala de recursos, o pedagogo especializado auxilia o professor titular a organizar atividades pedagógicas diferenciadas, utiliza recursos lúdicos e didáticos adaptados e oferece apoio contínuo, garantindo que o aluno comprehenda os conteúdos de forma mais efetiva. Essa atuação contribui para o desenvolvimento cognitivo, promovendo habilidades como atenção, memória, raciocínio lógico e linguagem. Ao mesmo tempo, o pedagogo trabalha o aspecto social, incentivando a interação do aluno com colegas e professores, promovendo autoestima, autonomia e habilidades socioemocionais, até no brincar no intervalo.

A experiência docente mostra que, além do trabalho direto com os alunos, o pedagogo tem a função de auxiliar o professor da sala regular, oferecendo orientações sobre estratégias pedagógicas, adaptações de atividades e recursos que favoreçam a inclusão. Essa colaboração fortalece o ensino integrado, garante que o conteúdo seja acessível a todos os alunos e promove a construção de um ambiente escolar inclusivo.

458

Dessa forma, a presença do pedagogo na sala de recursos é essencial para garantir que alunos com deficiência intelectual tenham acesso a um ensino significativo e adaptado, uma simples atividade de contagem com tampinhas pode ajudar o aluno com deficiência intelectual a desenvolver noções matemáticas básicas, contribuindo para seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional, e fortalecendo a parceria entre professores, alunos e famílias na busca por uma escola inclusiva e acolhedora, diminuindo as barreiras que o limitam de aprender dentro do ambiente escolar.

No que se refere às práticas pedagógicas os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), aborda que a escola através das formações deve contemplar os desenvolvimentos das inúmeras capacidades dos alunos, de forma não só beneficiá-los com a educação, mas que de fato eles se sintam parte deste processo, ou seja, o pedagogo deve promover uma mediação entre todos os envolvidos na escola para que haja uma compreensão que todos os alunos têm direito as manifestações sociais e culturais (BRASIL, 1996).

Para nascimento (2013, p.1), a atividade do pedagogo dentro do contexto escolar requer uma grande atenção no que diz respeito aos desafios que permeiam os alunos deficientes, uma vez que requer muito estudo e pesquisa para que possa criar condições para organizar um planejamento voltado às intervenções necessárias, e que essas interferências pedagógicas possam de fato abranger as necessidades destes alunos, seja na perspectiva afetiva, cognitiva ou comportamental.

De acordo com Bossa (2007, p. 24), o pedagogo é mediador do processo de ensino e aprendizagem, deve saber identificar e promover uma atuação que de fato promova significado de aprendizagem nas situações de insucesso dos mesmos, se atentando sempre no bem-estar e na inclusão do aluno. A presença deste profissional é indispensável dentro das instituições de ensino, visto que tem muito o que contribuir na escola. Entre suas atividades essenciais estão: atendimento especializado ao aluno; orientação para os pais e responsáveis; auxílio para os docentes no que refere às atividades e a disciplina; inclusão da sociedade na escola.

2.2 A importância do lúdico no processo de desenvolvimento cognitivo e social das crianças com deficiência intelectual

Na realidade a criança aprende imitando e brincando; o lúdico tem grande importância no aprendizado das crianças com deficiência intelectual, pois o brincar facilita a aprendizagem de novos conhecimentos de forma natural e prazerosa. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), as escolas devem usar o brincar como ferramenta de ensino, é assim que a criança também cria vínculos sociais e aprende a conviver com os outros.

Quando a brincadeira é planejada e organizada, ela ajuda a criança a desenvolver normas sociais, como respeito e tolerância, além de estimular o autocontrole, a criatividade e a autonomia. O lúdico transforma o aprendizado em momentos agradáveis, tornando a criança mais independente e favorecendo também a participação da família no processo educativo.

Brincando, a criança descobre o mundo, desenvolve sua capacidade de expressar ideias, observar, analisar e transformar a realidade ao seu redor. Quando bem planejado e aplicado, o uso do lúdico na educação contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo e social, tornando o ensino mais eficaz e prazeroso para crianças com deficiência intelectual.

Vygotsky (1998) complementa isto apontando o papel ao ato de brincar na constituição do pensamento infantil, pois é brincando e jogando que a criança revela seu lado cognitivo,

visual, auditivo, tátil e motor. Por meio das brincadeiras as crianças descobrem o mundo a sua volta, se comunicam e se inserem em um contexto social.

Segundo Zatz (2006), a brincadeira é uma atividade inerente ao ser humano. Durante a infância, ela desempenha um papel fundamental na formação e no desenvolvimento físico, emocional e intelectual do futuro do adulto, e sempre presente, o que quer que a criança esteja fazendo, ela se sente atraída pelo ambiente que a rodeia. Desse modo, os profissionais psicopedagogos devem-se selecionar materiais adequados, os quais precisam estar atentos à idade e as necessidades de seus alunos para selecionar e deixar a disposição materiais adequados. O material deve ser suficiente tanto quanto à quantidade, como pela diversidade, pelo interesse que despertam, pelo material de que são feitos.

Por meio da brincadeira, as situações de aprendizagem deixam de ser apenas um meio formal de ensino e se tornam oportunidades para que os adultos — como pedagogos e professores — compreendam melhor as crianças e suas necessidades no contexto escolar; ou seja, pedagogo consegue identificar o desenvolvimento de cada aluno e fornecer aos professores informações essenciais para planejar novas aprendizagens de maneira adequada.

Além disso, a escola tem um papel fundamental em favorecer o aprendizado, oferecendo uma estrutura física, funcional e didática adequada. Quando o ambiente é agradável e conta com materiais pedagógicos interessantes, como exemplo a tela touch que alia a tecnologia a educação; as crianças amam, especialmente aquelas com necessidades especiais, se sentem mais motivadas, participativas e envolvidas no processo de aprendizagem.

O AEE também contribui para o desenvolvimento das habilidades sociais. Por meio de atividades em grupo, dinâmicas e interações mediadas, o aluno com deficiência aprende a respeitar regras, lidar com frustrações, expressar sentimentos e cooperar com os colegas. Esses aspectos são fundamentais para a convivência escolar e para a formação cidadã, pois preparam o estudante para os desafios da vida em sociedade.

Para Fonseca (1995) as dificuldades de aprendizagem aumentam na presença de escolas superlotadas e mal equipadas, carentes de materiais didáticos inovadores, além de frequentemente contarem com muitos professores "derrotados" e "desmotivados". A escola não pode continuar a ser uma fábrica de insucessos. Na escola, a criança deve ser amada, pois só assim poderá se sentir instigada a se socializar e aprender no seu meio.

A brincadeira é muito mais do que apenas um momento de diversão; ela se torna uma ferramenta essencial para a aprendizagem das crianças, especialmente aquelas com deficiência

intelectual. Por meio do brincar, as situações educacionais deixam de ser apenas tarefas formais e se transformam em experiências significativas, que permitem às crianças experimentar, descobrir e compreender conceitos de maneira concreta.

Ao mesmo tempo, os adultos, como pedagogos e professores, conseguem observar o comportamento das crianças, identificar suas dificuldades, habilidades e interesses, e compreender melhor suas necessidades dentro da escola. Esse conhecimento é fundamental para que os docentes possam planejar novas atividades e estratégias de aprendizagem, garantindo que cada criança avance de acordo com seu ritmo e potencial.

Além do brincar, a escola tem um papel central em desenvolver o aprendizado de todas as crianças. Um ambiente escolar agradável, bem organizado, com espaços funcionais e materiais pedagógicos atraentes, desperta a curiosidade e a motivação dos alunos. Para crianças com necessidades especiais, essa atenção ao ambiente se torna ainda mais importante, pois ajuda a reduzir barreiras, facilita o acesso ao conhecimento e promove a participação ativa em atividades coletivas. Quando a criança se sente acolhida, segura e interessada pelo que está aprendendo, ela desenvolve maior autonomia, confiança e vontade de explorar o mundo ao seu redor, fortalecendo não apenas suas habilidades cognitivas, mas também sociais e emocionais.

Dessa forma, a brincadeira aliada a um ambiente escolar estruturado e ao acompanhamento de pedagogos capacitados cria uma rede de apoio educativa, que permite que cada criança aprenda de forma significativa e prazerosa. O pedagogo, nesse contexto, atua como mediador, planejando atividades lúdicas, oferecendo recursos adaptados e orientando professores e famílias sobre as melhores formas de promover a aprendizagem. Assim, o lúdico deixa de ser apenas um momento de diversão e se torna uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento integral, ajudando as crianças a se tornarem mais independentes, confiantes e preparadas para enfrentar desafios dentro e fora da escola.

Hoje, graças a um conjunto de regulamentações legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), e a maior valorização de princípios humanísticos, assim como adoção de formas práticas de “brincadeiras”, tem ocorrido uma notável transformação de atitudes em diversos setores sociais que agora enxergam nas pessoas com 10 “diferenças” um potencial considerável de integração social, tendo a escola como um agente crucial nesse processo.

Quando esse suporte não está disponível na instituição de ensino em que o aluno está inserido no contexto educacional regular, e não há inclusão. A educação regular pode facilitar o

acesso e criar as condições para uma educação de qualidade, representando uma contribuição significativa (BRASIL, 2008). A criação de processos educacionais inclusivos, além de adaptações ao nível de aprendizado da criança, envolve o reconhecimento e a formulação de estratégias pedagógicas destinadas a promover a aprendizagem de todos os alunos com deficiência na escola regular.

A Ressignificação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001 destaca que todos os estudantes, em diferentes etapas de sua trajetória escolar, podem apresentar demandas educacionais diversas. De modo geral, os pedagogos possuem conhecimento sobre diversas estratégias para atender a essas demandas. No entanto, é evidente que certas necessidades educacionais exigem abordagens mais específicas e o uso de recursos complementares por parte da escola, garantindo ao aluno condições adequadas para o pleno acesso ao currículo.

A brincadeira o aprendizado por meio da experimentação, da ludicidade e da interação social, vai muito além do momento de diversão; ela é uma ferramenta essencial para a aprendizagem das crianças, principalmente aquelas com deficiência intelectual. Por meio do brincar, as situações educativas deixam de ser apenas tarefas formais e se tornam experiências significativas, permitindo que as crianças explorem, descubram e compreendam conceitos de forma concreta Segundo Nascimento (2013), essa observação permite que o profissional organize intervenções pedagógicas adequadas, promovendo aprendizagens significativas e respeitando o ritmo de cada aluno.

A escola também desempenha papel fundamental ao oferecer um ambiente organizado, acolhedor e com materiais pedagógicos atraentes, que despertem a curiosidade e motivem os alunos. Para crianças com necessidades especiais, essa atenção é ainda mais importante, pois facilita a compreensão, reduz barreiras e incentiva a participação ativa em atividades coletivas. Quando a criança se sente acolhida e segura, desenvolve maior autonomia, autoconfiança e habilidades sociais, fortalecendo tanto o aprendizado cognitivo quanto o desenvolvimento emocional (Bossa, 2007).

O lúdico, aliado a um ambiente escolar adequado e ao acompanhamento de pedagogos capacitados, cria uma rede de apoio educativa, essencial para o desenvolvimento integral do aluno. O pedagogo atua como mediador, planejando atividades lúdicas, oferecendo recursos adaptados e orientando professores e famílias sobre as melhores estratégias de aprendizagem. Dessa forma, o brincar deixa de ser apenas entretenimento e se torna uma ferramenta poderosa

para promover a inclusão, a autonomia e o desenvolvimento cognitivo e social de crianças com deficiência intelectual (Vygotsky, 1998; Kishimoto, 2008).

Aprender por meio do lúdico apresenta resultados mais eficazes, especialmente para alunos com deficiência intelectual, pois a assimilação do conhecimento infantil ocorre de forma natural. O lúdico torna-se, assim, um instrumento essencial para o desenvolvimento humano, proporcionando à criança oportunidades de experimentar, explorar e compreender o mundo ao seu redor. Para crescer, se socializar e equilibrar-se frente aos desafios do cotidiano, a criança depende do jogo, da brincadeira e de atividades lúdicas, que tornam o aprendizado significativo, estimulam a criatividade e favorecem o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, garantindo que as práticas pedagógicas se tornem mais inclusivas.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e descritiva, baseada em levantamento bibliográfico e análise documental. O objetivo central é investigar o papel do pedagogo na utilização de práticas lúdicas como estratégia de ensino-aprendizagem para alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental. Além disso, busca-se identificar lacunas na literatura, fundamentar o problema de pesquisa e justificar a relevância do estudo.

463

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica permite compreender o conhecimento disponível sobre determinado tema, identificar áreas pouco exploradas e fornecer suporte teórico para a investigação. Já a análise documental, segundo os mesmos autores, possibilita a interpretação de materiais já produzidos, permitindo extrair informações essenciais e relevantes para a pesquisa.

A estratégia metodológica envolveu a definição criteriosa de palavras-chave, selecionadas a partir dos termos mais recorrentes na literatura sobre o tema. Essas palavras foram identificadas por meio de leituras preliminares e consultas a artigos de referência, sendo as principais: Aprendizagem, Deficiência Intelectual, Lúdico e Pedagogo. Para garantir a relevância e a qualidade das fontes, foram adotados critérios de inclusão, como: artigos publicados em periódicos científicos revisados por pares; estudos recentes, assegurando a atualidade das informações; e trabalhos que tratasse diretamente do tema investigado.

Os critérios de exclusão consideraram estudos que não abordavam diretamente o objeto de pesquisa, resumos com pouca relevância para os objetivos do estudo e publicações com problemas metodológicos, como ausência de revisão por pares. A busca foi realizada em bases

de dados utilizando as palavras-chave definidas, resultando em um conjunto diversificado de artigos pertinentes.

Em seguida, procedeu-se à triagem dos títulos e resumos, selecionando apenas os estudos que atendiam aos critérios estabelecidos. A análise detalhada dos artigos permitiu confirmar sua relevância e qualidade, possibilitando a extração de informações essenciais, como objetivos, métodos, resultados e conclusões. Por fim, elaborou-se uma síntese dos dados coletados, destacando as principais contribuições, convergências e divergências entre os estudos analisados, servindo de base para a discussão e fundamentação teórica da pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta apresentada convida à reflexão sobre o papel do pedagogo na educação de alunos com deficiência intelectual, incentivam a compreender que o aprendizado se manifesta de formas diversas, conforme as necessidades, interesses e individualidade de cada estudante. O professor deve enxergar o aluno principalmente suas potencialidades, não apenas em seu aspecto cognitivo, mas também humano e emocional, buscando sempre favorecer seu desenvolvimento integral e o fortalecimento de sua autoestima e autonomia.

Espera-se que o processo de ensino promova o máximo aproveitamento dos conteúdos escolares, respeitando, porém, os limites e o ritmo de cada aprendiz. A inclusão efetiva só acontece quando toda a comunidade escolar: professores, gestores, famílias e demais profissionais; esses devem se comprometer a participar ativamente da educação, criando um ambiente de acolhimento e pertencimento para todos os alunos.

A pesquisa evidencia que há inúmeras possibilidades de aprendizagem para os estudantes com deficiência intelectual. Cabe ao professor explorar caminhos diversos, utilizando recursos lúdicos, criativos e significativos que despertem o interesse e facilitem a construção do conhecimento, levando em consideração o que chama a atenção da criança. Cada aluno aprende de um modo único, e o papel do educador é descobrir e valorizar essas formas individuais de aprender.

Por isso, é fundamental que o pedagogo selecione cuidadosamente as atividades, jogos e brincadeiras, considerando o real benefício que eles podem trazer para o desenvolvimento da criança. É recomendável aproveitar diferentes materiais como: jornais, revistas, vídeos, objetos recicláveis e produções feitas pelos próprios alunos, além da tecnologia assistiva, bem como valorizar as experiências que eles trazem de casa e do convívio social. Estimular a troca entre

as crianças e o compartilhamento de vivências torna o aprendizado mais significativo, humano e prazeroso, reforçando o verdadeiro sentido da inclusão e da educação transformadora.

Conclui-se que o AEE é um espaço de inclusão, amor e possibilidades. Seu papel vai muito além de oferecer recursos, ele forma pontes para o aprendizado e para a vida em sociedade. Quando há comprometimento entre professores, pedagogos, famílias e gestores, o ambiente escolar se torna realmente inclusivo, acolhedor e humano. O desafio é grande, mas os resultados são imensuráveis: ver o aluno com deficiência intelectual aprendendo, se comunicando, convivendo e acreditando em si mesmo é a maior prova de que a educação inclusiva é, acima de tudo, um ato de justiça e de amor ao próximo.

5 REFERÊNCIAS

MARCHESI, A. A prática da linguagem das escolas inclusivas. In: MARCHESI, A.; COLL, C.; PALACIOS, J. *Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 15-17.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: matemática*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro03.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025. 465

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. *Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcebo04_10.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. *Sobre princípios, políticas e práticas nas áreas das necessidades educativas especiais*. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

NASCIMENTO, F. D. *O papel do psicopedagogo na instituição escolar*. 2013. Disponível em: <http://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar>. Acesso em: 17 out. 2025.

BOSSA, N. A. *A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. Porto Alegre: Artmed, 2007.



VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento na idade escolar. In: _____. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. II. ed. São Paulo: Ícone, 2010. p. 103-116.

ZATZ, S.; ZATZ, A.; HALABAN, S. *Brinca comigo! Tudo sobre brincar e os brinquedos*. São Paulo: Marco Zero, 2006.

FONSECA, V. *Introdução às dificuldades de aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003.